



POLÊMICA Mão Santa anuncia a chegada ao Plenário do parecer de Leomar Quintanilha. Enquanto Virgílio diz que oposição vai ao STF, Renan descarta investigação política

Plenário examina o parecer de Quintanilha sobre CPI dos Bingos

Parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça confirmando a legalidade da decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar integrantes para CPI será examinado pelo Plenário logo que a pauta for desobstruída com a votação de três medidas provisórias

Páginas 4 e 5

Especial Cidadania traz recomendações para prevenir o seqüestro-relâmpago

Casos de seqüestro-relâmpago se multiplicam pelo país e preocupam a população nas grandes cidades brasileiras. O Especial Cidadania de hoje discute o tema e apresenta as recomendações dos especialistas para evitar a violência. A principal sugestão é que as pessoas estejam sempre alerta e adotem um comportamento preventivo. A tipificação do crime no Código Penal ainda esbarra em divergências entre os juristas, sobre a natureza do delito: se seria mais uma modalidade de roubo ou um tipo de extorsão.

Página 8



PRIORIDADE Em videoconferência, Paulo Paim (C) afirma que combater o desemprego é mais importante que mudar a CLT

Paulo Paim sugere amplo debate sobre reforma trabalhista

Página 7

Senadores criticam adiamento na votação da reforma política na Câmara

Líder do governo, Ideli Salvatti recebeu com “preocupação” a decisão do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, de retirar a urgência para a votação da reforma política, diante da reação contrária do PTB, PP e PL, partidos que integram a base aliada do governo. Para Ramez Tebet, a medida “pode passar a idéia de que o Congresso quer manter interesses”. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, também criticou o atraso na tramitação da reforma. Maguito Vilela e João Capiberibe insistiram na urgente reformulação das normas eleitorais.

Página 3



PREPARO Iniciativa favorece melhor desempenho no ensino fundamental, diz Alberto Silva

Alberto Silva pede programa para crianças de até seis anos

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu, em Plenário, que o governo desenvolva programa educacional, com direito à merenda escolar, destinado a crianças de dois a seis anos. De acordo com o senador, ao atender meninos e meninas dessa faixa etária, o país estaria criando as condições necessárias para que eles viessem a ter sucesso escolar ao ingressarem no ensino fundamental.

Como exemplo, Alberto Silva citou experiência em Teresina, na época em que governou o Piauí. Ao redor de unidades de ensino fundamental, relatou, várias casas foram utilizadas como salas de aula, nas quais estudantes do Instituto de Educação em final de curso eram contratados para desenvolver habilidades psicomotoras para crianças da primeira idade, em turmas de seis alunos.

– Com cinco anos de idade, as crianças já estavam lendo, escrevendo e se sentindo gente – recordou Alberto Silva.

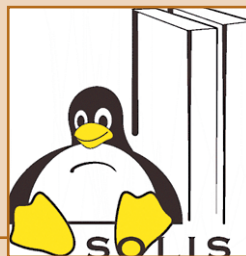
Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lembrou a admiração da população do Piauí por Alberto Silva.

Agenda

Plenário analisa amanhã projetos que trancam a pauta

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa. Amanhã, no mesmo horário, os senadores continuam a discussão de três projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta de votações. O primeiro (PLV 8/04) extingue

o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação (CFGE), o segundo (PLV 9/04) cria a carreira do Seguro Social; enquanto o último (PLV 10/04) institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (Sinaes).



Senado adota projeto de software livre

O Projeto Solis, que prevê a adoção do software livre pelo Senado Federal, será lançado oficialmente hoje, às 15h, no auditório do Interlegis. Ele estima que, no prazo de dois a três anos, os atuais softwares proprietários possam ser substituídos para aqueles com código-fonte aberto, que não requerem o pagamento de qualquer taxa de utilização (*royalties*). A medida vai garantir uma economia de mais de R\$ 3,5 milhões anuais à Casa.

Parecer da Subcomissão da Dívida Pública em exame

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute amanhã, às 10h, parecer da Subcomissão da Dívida Pública, criada no âmbito da CAE para analisar a evolução da dívida dos estados. Além disso, a comissão vota projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace) no setor da construção civil (PLS 174/03).



Comissão examina projeto que regionaliza programação

Amanhã, a Comissão de Regionalização e Qualidade de Programação, grupo temático do Conselho de Comunicação Social, elabora parecer sobre o projeto que regulamenta a programação regional em emissoras de rádio e TV, bem como a produção

independente (PLC 59/03). A comissão realizou, desde o ano passado, uma série de audiências públicas para debater o projeto e elaborar o relatório, que ainda será analisado pelos membros do Conselho de Comunicação Social.



Audiência debate irregularidade em planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza na quarta-feira, às 10h, audiência para discutir favorecimentos à Geap na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos. Participam os presidentes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, João Elisio Ferraz de Campos, e da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Fausto Pereira dos Santos (foto), entre outros.

CFC tem reunião na quarta

Na quarta-feira, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve analisar projeto que anula a compra das ações da Urucum Mineração pela Vale do Rio Doce (PDL 114/96). A comissão discute ainda avisos do Tribunal de Contas da União sobre as atividades do órgão no primeiro trimestre de 1999 e segundo de 2000.

Trio Brasília na TV Senado

O programa *Conversa de Músico* de hoje, exibido pela TV Senado, às 19h, apresenta o grupo de câmara Trio Brasília, considerado um dos melhores do país. O trio, formado pela violinista Ludmilla Vineca, pelo violoncelista Guerra Vicente e pela pianista Elza Guchiquem, já tocou em diversos centros culturais do país.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SUGESTÃO Para Tião Viana, o caminho é a parceria entre União, estados e municípios

Tião Viana quer agilizar o projeto Volta para Casa

Uma parceria efetiva entre União, estados e municípios é o caminho apontado pelo senador Tião Viana (PT-AC) para agilizar o programa, em implantação pelo governo, que incentiva a saída de pacientes com mais de dois anos de internação em instituições psiquiátricas. Pelo Programa de Volta para Casa, que o senador lembrou estar sendo chamado de Volta para a Vida, o paciente que retornar para a convivência familiar, ou ingressar em residências terapêuticas, tem direito a receber um salário mínimo para seu sustento.

Mas o programa, segundo Tião Viana, está sendo desenvolvido com certa lentidão por enfrentar dificuldades como as relatadas em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de sexta-feira. Segundo dados do coordenador do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Delgado, pelo menos 15 mil dos 50 mil pacientes internados em hospitais psiquiátricos têm condições de ser beneficiados pelo programa. Porém, até agora, apenas 350 pacientes foram contemplados.

Dificuldades

Um dos principais problemas é a infra-estrutura necessária nos municípios para abrigar os pacientes, e outro obstáculo, segundo Tião Viana, é a resistência das próprias famílias em acolher os pacientes que passaram longos anos fora do convívio familiar. O governo, continuou, já desativou 1.800 leitos em hospitais psiquiátricos no ano passado, e a meta é acabar com 2.800 este ano.

Tião Viana elogiou a iniciativa do senador Cristovam Buarque (PT-DF), quando governou o Distrito Federal (1995-1998), de criar o programa Saúde em Casa.

REFORMA POLÍTICA

A líder do PT, Ideli Salvatti, teme os reflexos de decisão de João Paulo. Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio, fragilidade do governo impede votação de proposta, que é discutida há dez anos

Atraso na Câmara preocupa senadores

A decisão do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), de retirar a urgência para a votação da reforma política, diante da reação contrária do PTB, PP e PL, partidos que integram a base aliada do governo, foi recebida com “preocupação” pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e com críticas pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

– Nunca acreditei que o governo iria votar agora a reforma política, diante da fragilidade que tem demonstrado diante de pressões que, no caso da reforma política, partem dos partidos pequenos que não querem mudanças nas regras eleitorais – afirmou o líder.

Ideli Salvatti também lamentou a decisão da Câmara. “É pena que uma proposta capaz de contribuir para o controle e a moralização do processo eleitoral fique agora emperrada”, disse a senadora, que teme os reflexos da decisão na opinião pública.

– Embora não tenha qualquer relação com o caso Waldomiro Diniz, a retirada do pedido de urgência para a vo-

tação da reforma pode dar margem à interpretação de que o governo não gostaria de ver o tema tratado agora, o que não é verdade – declarou a senadora Ideli Salvatti.

A reação do PTB, PP e PL foi anunciada na terça-feira da semana passada. Os partidos comunicaram que apóiam a fidelidade partidária, mas não concordam com o financiamento público de campanhas, fixado no projeto, já aprovado no Senado Federal.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reagiu à posição do presidente da Câmara e disse que a decisão “passa a idéia de que o Congresso não quer legislar sobre a matéria para manter seus interesses e impedir o fim de privilégios”.

– Ao inviabilizar a votação, a Câmara está cometendo um grave erro – observou. O senador admitiu que ainda há questionamentos envolvendo a reforma política, entre eles se este seria o momento para a implantação do financiamento público nas eleições. “Será que a sociedade está preparada para entender o novo procedi-



LAMENTAÇÕES Ideli, Tebet e Maguito criticam a decisão da Câmara de retirar o pedido de urgência



mento?”, indagou. No entanto, ele garantiu que essa questão não foi levada em conta na decisão de adiar a votação.

Para ele, o que motivou a Presidência da Câmara foi o receio de perder o apoio da base de sustentação. “Mais uma vez, fica demonstrada a fragilidade do governo”, assinalou.

De acordo com a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), a retirada do pedido de urgência “apenas consolida o que todos já sabiam: o governo Lula, ora se defende das pressões de fora, como ocorre com o caso Waldomiro, ora recua e cede às conveniências de sua base aliada, como ficou claro

agora, com a reforma política”, apontou a senadora.

Vontade política

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) voltou a pedir urgência na votação da reforma política e observou que é preciso “apenas vontade política” para que as mudanças sejam aprovadas pelo Congresso.

– Sou defensor intransigente de mudanças nas normas eleitorais para sanar problemas – declarou o senador. Para ele, o financiamento público de campanhas “é uma necessidade”.

Maguito defendeu também a fidelidade partidária, depois de afirmar que “não se pode mais ficar assistindo mudanças re-



pentinas de partido, muitas vezes por puro fisiologismo”. O político, na opinião do senador, “tem todo o direito de mudar de sigla, mas deveria deixar o seu mandato para o partido”.

Também favorável à urgência das mudanças na legislação eleitoral, o senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou a importância de se garantir o financiamento público de campanhas, bem como a punição ao financiamento irregular. Para ele, no momento em que se discute a CPI dos Bingos, “a sociedade espera que a reforma política seja aprovada o mais rápido possível”.

Até o impasse, questão era prioritária

A aprovação da reforma política, ainda em 2004, foi prevista pelo presidente do Congresso, José Sarney, na abertura dos trabalhos legislativos. Na Câmara, o presidente João Paulo Cunha também chegou a anunciar que o tema teria tratamento prioritário, embora ainda não houvesse consenso. PT, PSDB, PMDB e PSB assinaram o requerimento de tramitação em regime de urgência. Já PTB, PP, PL e PDT, por não concordarem com o financiamento público de campanhas e a exigência de listas fechadas para votações, não apoiaram a urgência.

O impasse ocorreu na terça-feira passada quando o PTB, o PP e o PL fecharam questão contra a reforma, inviabilizando as negociações em curso. João Paulo decidiu então retirar a urgência. Esses partidos contam com 151 dos 513 deputados federais.

As principais mudanças previstas

Financiamento de campanha passará a ser público

Em ano eleitoral, o Orçamento da União incluirá dotação destinada ao financiamento de campanhas. Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral distribuir os recursos à direção dos partidos



Fiscalização

A fiscalização de abuso do poder econômico, no curso da campanha, será exercida por uma comissão instituída pela Justiça Eleitoral. As punições vão de pagamento de multa à cassação do registro ou do diploma

Coligações

Acabam as coligações nas eleições proporcionais e são criadas as federações partidárias, às quais os partidos deverão permanecer filiados por um mínimo de três anos



Mulheres

É garantido às mulheres pelo menos 20% do tempo destinado à propaganda partidária gratuita



Pesquisas

Os responsáveis por pesquisas eleitorais serão obrigados a fazer o registro na Justiça Eleitoral até 48 horas após a divulgação dos resultados. O percentual de entrevistas obtido em cada combinação de atributos ou valores das variáveis usadas para estratificação da amostra terá que ser informado

Mudanças vêm sendo debatidas há dez anos

Um longo caminho já foi percorrido pela reforma política, que, em seus vários aspectos, foi discutida nos últimos dez anos no Senado e na Câmara. Entre as matérias relativas ao tema aprovadas no Senado, está o projeto do então senador Sérgio Machado (PLS 353/99) que trata do financiamento público de campanhas.

Em 2001, esse projeto chegou à Câmara, onde se transformou no PL 4.593. Dois relatores já foram designados na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) e o atual é o deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ).

Na Câmara, diversas proposições foram compiladas e entregues à comissão especial de reforma política, que analisa o Projeto de Lei 2.679/03, aprovado em dezembro do ano passado. Antes de ser votado pelo Plenário, o projeto deverá passar pela CCJR.

CPI

Senadores podem votar amanhã parecer que confirma legalidade da decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos se as lideranças dos partidos governistas não o fizerem

Plenário examina parecer de Quintanilha sobre CPI



OTIMISMO Antero lembra que pedido da CPI foi assinado por 35 senadores

Antero Barros acredita na vitória de recurso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reiterou sua expectativa de que o Plenário reverta a decisão da CCJ de considerar legítima a posição do presidente do Senado de não indicar integrantes da CPI dos Bingos.

Dos 81 senadores, recordou, 39 assinaram o pedido da comissão parlamentar de inquérito e apenas quatro retiraram suas assinaturas. Portanto, assinalou, 35 senadores mantiveram seu apoio à criação da comissão e, se reiterarem suas posições, serão necessários poucos votos adicionais para que o Plenário rejeite a decisão de Sarney a respeito das indicações para a CPI.

O senador contestou nota publicada no jornal *O Globo* pela jornalista Tereza Cruvinel, segundo a qual ele teria manobrado, na condução dos trabalhos da CPI do Banestado, que investiga denúncias de evasão fiscal, para não colocar em votação requerimento de convocação do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco. Antero disse ser favorável a uma possível reconvocação de Gustavo Franco, assim como de todas as pessoas que puderem ajudar a esclarecer as denúncias de evasão de divisas.

Chegou na sexta-feira à Secretaria da Mesa do Senado o parecer do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que confirma a legalidade da decisão do presidente do Senado, José Sarney, de que não tem poderes para indicar integrantes de CPIs. O parecer será votado assim que a pauta do Plenário do Senado for desobstruída, com o exame de três medidas provisórias.

O parecer atende a dois recursos – do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) – que foram derrotados na CCJ, na quinta-feira, depois de acirrado debate. O parecer



RECURSOS Leomar Quintanilha responde a questões de Arthur Virgílio e Heloísa Helena

pode ser aprovado ou rejeitado por maioria simples dos senadores.

Mercadante afirma que presidente do Senado agiu de maneira correta

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ocupou a tribuna na sexta-feira para defender o presidente da Casa, José Sarney, das acusações de que ele seria o principal responsável pela não instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. Segundo Mercadante, Sarney agiu dentro da lei, “obedecendo tanto ao Regimento Interno da Casa quanto à própria Constituição”.

– Não é correto o presidente do Senado indicar nomes para compor qualquer comissão parlamentar de inquérito à revelia de qualquer senador, como deseja a oposição. Se o fizesse, o parlamentar indicado poderia muito bem retirar o nome da CPI, o que poderia causar transtornos ao próprio senador – alertou Mercadante,



PALANQUE Segundo Aloizio Mercadante, pedidos de CPIs têm motivação eleitoral

para quem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também agiu corretamente ao ratificar, na última quinta-feira, a decisão de que compete aos líderes indicar os membros de CPIs.

Apesar de reconhecer que a CPI é, de fato, um forte instrumento legal de fiscalização dos

Os recursos foram apresentados à CCJ depois que o presidente José Sarney rejeitou requerimento pedindo que ele indicasse, no lugar dos líderes dos partidos da base do governo, os senadores integrantes da CPI dos Bingos – os líderes do governo decidiram não fazer as indicações e, com isso, inviabilizar o funcionamento da CPI. Sarney sustentou que o Regimento do Senado não o autoriza a fazer isso e o assunto foi para a CCJ.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), acredita que o Plenário poderá votar o parecer ainda amanhã, caso a pauta seja desobstruída com apreciação de três medidas provisórias.

atos do Poder Executivo, Mercadante informou que, no caso da CPI dos Bingos, a base parlamentar do governo optou em não instalá-la porque o Palácio do Planalto já havia tomado todas as providências destinadas a elucidar as denúncias, a começar pela edição de medida provisória (MP) proibindo o jogo de bingo em todo o país. Além disso, lembrou, o governo acionou a Polícia Federal para investigar as denúncias, com apoio do Ministério Público.

A exemplo da CPI dos Bingos, que considera um palanque para a oposição em ano eleitoral, Mercadante estranhou a intenção da oposição de tentar criar uma CPI para investigar a morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, ocorrida no início de 2002.



ADVERTÊNCIA Heloísa Helena diz que poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal

Heloísa espera que decisão seja revista pelo Plenário

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) voltou a manifestar esperança de que o Plenário do Senado, “no alto da sua altivez e não levando em conta apenas a conveniência”, reveja nesta semana a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que considerou legal a determinação do presidente do Senado de não indicar senadores para comporem a CPI dos Bingos.

– Mas se o Plenário acatar a decisão da CCJ, irei recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Senado possa instalar a comissão parlamentar de inquérito – informou a senadora, para quem foi criada no Congresso, especialmente no Senado, uma nova e perigosa moda: “A ditadura dos líderes”. Segundo ela, essa situação vem impedindo a Minoria de exercer o que classificou de sagrado direito, ou seja, o Legislativo fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Heloísa acredita que as CPIs dos Bingos e do caso Waldomiro Diniz devem ser instaladas já que, como observou, está provado que o ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, na condição de agente público, “exerceu tráfico de influência no seio do poder”.

Para Efraim, medida contra CPI instala impunidade no país

A decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) contrária aos dois recursos para criação da CPI dos Bingos significa, para o líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), a instalação da impunidade no país. Efraim afirmou em Plenário, na sexta-feira, que a de-

cisão da CCJ firmará jurisprudência. Se a maioria não quiser, observou, não haverá mais nenhuma CPI no Senado, na Câmara, nos estados e nos municípios.

Para o líder da Minoria, “é balela” a defesa da “agenda positiva” por parte dos integrantes da base do

governo e os argumentos de que a CPI vai acabar com a economia do país. Ele lembrou que o Congresso já cassou parlamentares e um presidente da República sem prejuízo para a economia. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, na opinião de Efraim, “gosta de viver perigosa-

mente”, e isso está evidente nas indicações para a composição da sua assessoria na Casa Civil. Segundo o senador, é de conhecimento público que todos os escândalos envolvendo o governo têm como ponto de partida a Casa Civil, e que Dirceu não quer tomar providências.



J. Freitas

J. Freitas

Célio Azevedo

J. Freitas

Célio Azevedo

CPI

O debate em torno de CPIs voltou a dominar o Plenário na sexta-feira. Renan criticou a maneira “obsessiva” como a oposição as defende. Virgílio diz que decisão de barrar qualquer comissão de inquérito cria jurisprudência na Casa

Senadores retiram apoio para comissão apurar assassinato de Celso Daniel

Na presidência da sessão de sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou que os senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Papaléo Paes (PMDB-AP) retiraram suas assinaturas do requerimento para instalação de CPI com objetivo de

investigar o assassinato, em janeiro de 2002, do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel.

A Secretaria Geral da Mesa informou que, com apenas 25 assinaturas, o requerimento deverá ser arquivado. Havia prazo, porém, até a

meia-noite do mesmo dia, para que os dois pudessem rever a decisão ou para que outros senadores assinassem a proposta de comissão. Se não fossem atingidas as 27 assinaturas indispensáveis até o fim do prazo, o requerimento iria definitivamente

ao arquivo.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) protestou contra as pressões que o governo estaria fazendo sobre Papaléo, para transformá-lo em “assassino da CPI”. Ele aconselhou o senador pelo Amapá a não arcar

com esse ônus político.

– Por que a crueldade com Papaléo? O governo já decidiu assumir o papel de engavetador de CPIs. Deveria conceder o livre arbítrio a todos os senadores – assinalou Arthur Virgílio.



RECONHECIMENTO Romero Jucá afirma que a oposição está cumprindo o seu papel

Qualidade dos debates é elogiada por Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse estar satisfeito por ver o “debate elevado” travado no Plenário na sessão de sexta-feira, inclusive sobre a criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Ele afirmou que estava preocupado com o caminho em que esse debate vinha enveredando até então. “Não era o debate a que estamos acostumados historicamente a ver nesta Casa, nem era uma discussão construtiva”, observou.

Jucá referiu-se especialmente à discussão travada entre senadores da oposição e do governo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário sobre a validade da decisão do presidente do Senado, José Sarney, de que não poderia indicar membros para a CPI dos Bingos.

O parlamentar ressaltou que a oposição está atuando no papel que lhe cabe na cena política brasileira e que seus parlamentares têm todo direito de querer qualquer CPI que se enquadre no Regimento Interno. “Seja para apurar o crime de Santo André (o assassinato do prefeito petista Celso Daniel) ou o assassinato do bispo Sardinha, que foi comido pelos índios em um passado mais distante”, afirmou.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que é “inadmissível” transformar a comissão parlamentar de inquérito (CPI) em um instrumento de investigação política para acuar o governo e permitir que alguns partidos tirem proveito dela em período eleitoral.

Renan criticou a maneira “obsessiva” como opositoras vêm conduzindo a criação da CPI para investigar os bingos e as iniciativas de novas comissões de inquérito, como a proposta pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), destinada a apurar as circunstâncias do assassinato, em janeiro de 2002, do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, um dos principais colaboradores de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

Virgílio avisa que oposição vai ao STF para garantir o direito das minorias

Inconformado com a decisão da base governista de inviabilizar o funcionamento de qualquer comissão parlamentar de inquérito (CPI), simplesmente não indicando integrantes, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou que os partidos opositoras recorrerão ao Supremo Tribunal Federal (STF).

– Não ficaremos de braços cruzados vendo o PT desrespeitar o direito das minorias de criar e fazer funcionar CPIs, garantido na Constituição. Nem os governos militares ousaram tanto.

Em entrevista a jornalistas, na sexta-feira, Virgílio disse que as investigações do caso Waldomiro Diniz, feitas pela Polícia Federal, “estão andando a



INVESTIGAÇÃO Paralisação na PF não prejudica apuração do caso Waldomiro, diz Renan

O senador garantiu que as investigações sobre Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, não estão paralisadas com a greve da Polícia Federal (PF), rebatendo assim um dos argu-

mentos da oposição para reforçar o pedido de CPI. Mas fez um apelo para que o governo reabra as negociações com os grevistas como forma de abreviar a paralisação de uma das polícias “mais competentes do mundo”. O parlamentar disse que seria favorável à CPI se a PF não estivesse apurando as denúncias contra Waldomiro.

Renan Calheiros lembrou que a criação de CPI é um direito constitucional assegurado à minoria, mas que a sua instalação, incluindo a indicação de membros, é um direito da maioria. Foi isso, a seu ver, o que ocorreu com a confirmação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da decisão do presidente José Sarney, em respeito ao Regimento Interno do Senado, de não indicar integrantes para a CPI dos Bingos.

quer comissão que investigue o governo”. Ele observou que, em governos passados, se verificaram manobras para impedir essa ou aquela comissão de inquérito, “mas agora o PT já decidiu usar esse expediente para todas as CPIs que forem propostas”.

Para Arthur Virgílio, a única alternativa é a aprovação do projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que propõe a obrigatoriedade de o presidente do Senado indicar os integrantes dos partidos nas comissões de inquérito, quando os líderes não o fizerem.

Em aparte, Renan Calheiros (PMDB-AL) admitiu que o governo não permitirá instalação de CPI este ano para impedir seu uso com fins eleitorais.



ALERTA Para Lúcia Vânia, Senado abre mão de prerrogativa ao não apurar denúncias

Lúcia Vânia defende investigação sobre bingos

Na avaliação da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foram “lamentáveis” os acontecimentos da última quinta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando parlamentares da base governista conseguiram manter a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar membros para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

– Quero também manifestar minha solidariedade ao líder do meu partido, o PSDB, senador Arthur Virgílio Neto [AM], pelo esforço que faz em dar à sociedade uma satisfação sobre o quadro político do país.

Lúcia Vânia afirmou que o Senado está abrindo mão de suas prerrogativas, ao deixar de apurar denúncias tão graves. “Não tenho dúvidas quanto à necessidade da instalação da CPI. Se o Congresso está parado, sem decidir sobre as questões fundamentais para o país, é por falta de projetos consistentes e de acordo entre os líderes, e não por CPIs, porque várias delas estão em funcionamento.”

Ela manifestou também sua indignação e inconformismo com o atentado ocorrido em Madri (Espanha), no qual morreram quase 200 pessoas.

Senadores nordestinos pedem MP para recuperar estragos da chuva

Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e José Jorge (PFL-PE) pediram ao governo para editar medida provisória (MP) liberando recursos para socorrer os estados do Nordeste atingidos pelas chuvas dos últimos meses. O senador pelo Rio Grande do Norte disse que seu estado precisa de R\$ 48 milhões para recuperar os estragos da chuva. Já o seu colega pernambucano afirmou que, no mínimo, seu estado precisa de R\$ 67 milhões.

E adiantou que o próprio governo estadual está recuperando, inclusive, estradas federais.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) declarou que o valor destinado ao Piauí, R\$ 1,3 milhão, é muito pouco. “Precisamos, no mínimo, de R\$ 34 milhões”, pediu. Também senador pelo Piauí, Mão Santa (PMDB) disse que o governo do estado gastou mais em *marketing* do que com questões sociais.



CONSEQUÊNCIAS Papaléo: “Efedrina pode causar acidentes vasculares e arritmia cardíaca”

Papaléo alerta para o risco dos suplementos alimentares

O consumo de suplementos alimentares cresce assustadoramente entre os jovens no Brasil. A afirmação é do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), ao anunciar pesquisa realizada pela Escola Paulista de Medicina mostrando que aproximadamente 60% dos jovens frequentadores de academias de ginástica consomem algum tipo de suplemento, sem orientação médica ou nutricional.

– Poder-se-ia pensar que esses suplementos seriam apenas nutrientes a mais, ingeridos na forma de cápsulas, tabletes ou depois de serem diluídos em água. Assim, seriam inofensivos e, na pior das hipóteses, estariam lesando o bolso do consumidor por serem produtos inócuos. Ledo engano. Trata-se de algo muito mais grave – alertou.

Segundo o parlamentar, as pesquisas demonstram que esses produtos são consumidos, na quase totalidade dos casos, desnecessariamente. Ele se referiu à efedrina, uma das drogas em moda nas academias. Disse que essa droga, que dilata os brônquios, facilitando a entrada do ar, é indicada pelos médicos apenas como auxiliar no tratamento de doenças respiratórias.

De acordo com Papaléo, o consumo dessa droga sem orientação médica pode causar arritmia cardíaca e acidentes vasculares.

Papaléo também definiu como gravíssima o consumo de hormônios, que estimulam a produção de testosterona. Disse que, na prática, o usuário dessa substância está ingerindo anabolizante sem saber. O consumo de hormônio pode causar ginecomastia, que é o crescimento das mamas no homem, e a virilização da mulher.

GARIBALDI ALVES



Municípios atingidos não receberam ajuda

O senador Garibaldi Alves Filho fez apelo ao governo federal, em pronunciamento na sexta-feira, para editar medida provisória liberando recursos para socorrer os estados do Nordeste atingidos pelas chuvas dos últimos meses. Segundo o senador, somente o Rio Grande do Norte necessita de R\$ 48 milhões para recuperação dos estragos, de acordo com dados das autoridades locais entregues à comissão da Câmara dos Deputados que visitou o estado.

Garibaldi informou que municípios do Rio Grande do Norte - como Macaíba - não receberam qualquer ajuda até o momento.

– Não se trata da indústria da enchente e do coitadinho do Nordeste que está novamente pedindo ajuda – afirmou.

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) também defendeu a edição de MP para resolver o problema. Ela disse que a situação em Alagoas é gravíssima. Segundo a senadora, não foi disponibilizado carro-pipa para distribuição de água e muitas escolas estão servindo de abrigo.

Os senadores do Piauí – Mão Santa (PMDB) e Heráclito Fortes (PFL) – lamentaram a insensibilidade do governo em relação às questões sociais.

JOSÉ JORGE

Medidas tomadas até agora são ineficazes

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador José Jorge (PFL-PE) pediu que o governo federal edite uma medida provisória específica liberando recursos para que os governos estaduais de locais atingidos pelas enchentes recentes possam investir na reconstrução do que foi destruído pelas chuvas. O senador declarou que as medidas tomadas pelo governo até agora são ineficazes: a distribuição de 5 mil cestas básicas e a liberação, via Caixa Econômica Federal, dos recursos de emendas parlamentares em um processo que pode levar até seis meses.

– Para essas situações emergenciais existem as medidas provisórias – disse.

Ele informou que já há levantamento sobre a situação em seu estado: para recuperação dos prejuízos causados pela chuva em Pernambuco são necessários R\$ 67 milhões.

– Se o governo não puder dar tudo, dê pelo menos a metade – afirmou.

Segundo o senador, o governo de Pernambuco está recuperando por conta própria rodovias, inclusive federais, uma vez que o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) estão “acéfalos” há um mês.



HERÁCLITO FORTES



Verbas liberadas são suficientes para levantar 200 casas

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou o valor das verbas anunciadas pelo governo federal para atendimento às vítimas das enchentes no Piauí, de R\$ 1,3 milhão, e também o dinheiro destinado pelo governador piauiense, Wellington Dias (PT), aos meios de comunicação do estado. “Levantamentos parciais indicavam a necessidade de, no mínimo, R\$ 34 milhões para atendimento emergencial ao Piauí, um dos estados mais atingidos pelas enchentes, e o próprio governador chegou a falar em R\$ 80 milhões”, disse.

Heráclito acha que as verbas do governo federal para o Piauí “beiram o ridículo”, e serão suficientes para reconstruir pouco mais de 200 casas na capital. O senador criticou também o governo estadual, no tocante à distribuição de recursos para os meios de comunicação.

– Chama a atenção nos gastos do governo do Piauí, além do volume, a falta de critério. Deixaram de fora veículos tradicionais, enquanto os chamados portais de Internet levaram a maior fatia do bolo – afirmou.

Segundo o senador, ocorre ainda um problema grave de hierarquia no estado: “Há secretários que nem ao menos recebem o governador em audiência, porque na hierarquia do partido estão acima dele”.

MÃO SANTA

Cidades ribeirinhas ainda aguardam recursos federais

Os recursos destinados pelo governo federal à reconstrução de casas destruídas pelas enchentes do início do ano foram considerados insuficientes pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele afirmou que o seu estado, um dos mais afetados pelas chuvas, recebeu até o momento apenas R\$ 1 milhão, contra os R\$ 80 milhões que teriam sido solicitados ao Ministério da Integração Nacional.

– É ridículo o apoio do governo federal. Acredito que o governo gastou muito mais em *marketing* – declarou.

O senador recordou que, em 1995, após uma outra enchente no Piauí, ele promoveu, como governador, a recuperação de 10 mil casas. Atualmente, comparou, o governo federal garante recursos para a construção de apenas cinco mil casas em 15 estados.

Mão Santa recordou ainda que, ao longo dos 1.458 quilômetros do Rio Parnaíba, que divide os estados do Maranhão e do Piauí, dezenas de cidades ribeirinhas foram afetadas pelas enchentes e ainda aguardam recursos federais. “Esperamos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha aquela virtude que julgamos essencial: a gratidão, pois ele ganhou as eleições no Piauí”, disse.





José Cruz

RECLUSÃO Proposta de Valmir Amaral estabelece pena de reclusão entre seis e 18 anos

Valmir Amaral propõe tipificar seqüestro-relâmpago

Os chamados seqüestros-relâmpago – por meio dos quais os autores obrigam as vítimas a fazer saques em caixas eletrônicos – poderão ser tipificados no Código Penal, segundo projeto de lei de autoria do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 14/04) inclui novo parágrafo no artigo 157 do Código Penal, para estabelecer pena de reclusão de seis a 18 anos para o ato de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante seqüestro”. A atual redação do artigo, na opinião do senador, precisa ser atualizada para que se possa definir mais claramente o delito.

“A conduta do chamado seqüestro-relâmpago é gravíssima, porque pode ferir o patrimônio, a saúde e a vida das pessoas”, sustenta Valmir Amaral. “Aflige as autoridades competentes a gravidade desse delito, que açambarca a sociedade desprevenida, que precisa usufruir as vantagens dos caixas eletrônicos, instrumentos úteis e imprescindíveis para a comodidade da população”.

O senador recorda a existência de um “elemento novo” nesse tipo de seqüestro: a participação da vítima no evento, uma vez que, sem ela, o autor do delito não saberia a senha bancária para fazer o saque. Assim, observa, as autoridades têm enfrentado dificuldades para encontrar uma conveniente tipificação do seqüestro-relâmpago no Código Penal.

Leia mais sobre seqüestro-relâmpago na página 8

Camata quer rigor contra lavagem de dinheiro

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu o aperfeiçoamento da Lei 9.613/98, que combate os crimes de lavagem de dinheiro. A decisão foi tomada após declaração do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que disse ter a impressão de que o Brasil havia se transformado em uma imensa lavanderia, mesmo passados cinco anos de vigência da lei. Camata afirmou que a lavagem

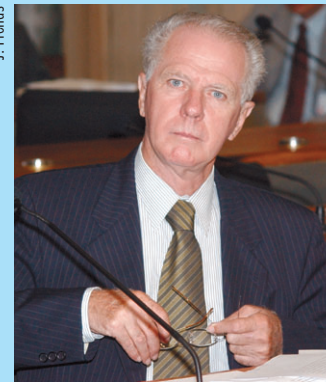
de dinheiro alimenta um amplo espectro de violência no Brasil e pediu apoio para projeto de lei de sua autoria que tramita no Senado (PLS 125/03). A proposta prevê a obrigatoriedade de escritórios de advocacia e de contadoria a comunicarem à autoridade competente as transações suspeitas dos seus clientes.

O senador também destacou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 16/03, que obriga o advogado a comprovar a origem lí-

cita dos recursos que recebe a título de honorários advocatícios.

– Sabemos que o advogado é profissional indispensável à administração da Justiça. Porém, o mau advogado se vale das prerrogativas de sua nobre função para se enriquecer mediante recursos de origem mais que suspeita – explicou o senador.

Outro projeto citado por Camata (PLS 476/03) inclui no rol de crimes o financiamento ao terrorismo.



J. Freitas

CONSEQUÊNCIA Para Camata, crime é responsável pelo aumento da violência no país

Paim: combate ao desemprego é mais urgente que mudança na CLT

■ Senador considera que reforma trabalhista não será votada este ano e pede mais debates sobre o tema

O senador Paulo Paim (PT-RS) reconheceu não ser possível aprovar este ano, no Congresso, as reformas trabalhista e sindical, mas pediu grande discussão sobre o assunto. Ele participou de debate na sexta-feira, em Brasília, com centrais sindicais e confederações, que foi transmitido por videoconferência para assembleias legislativas do país.

Segundo Paim, o desemprego no Brasil já atingiu características de calamidade pública. Em pesquisa do Datafolha, 49% dos entrevistados apontaram o desemprego como sua



Célio Azevedo

PREJUÍZO Flexibilização das leis trabalhistas aumenta o desemprego, alerta Paim

maior preocupação, lembrou.

Como exemplos de iniciativas que podem gerar empregos, o senador citou a proibição de horas extras, a redução da jornada de trabalho, o combate ao trabalho infantil, o incentivo às políticas do primei-

ro emprego e a reforma agrária, bem como programa de obras públicas.

Paim se manifestou contrário às chamadas políticas de flexibilização das leis trabalhistas, argumentando que, em países em que foram adotadas, o trabalhador foi o maior prejudicado e o desemprego aumentou. Ele citou países como a Alemanha, onde o desemprego passou de 4,8% para 8,7%; a França, o índice subiu de 9% para 11,3%; e o Japão, de 7,5% para 14,3%.

O senador observou ainda que, no Brasil, depois de aprovado o contrato temporário de trabalho e do fim da política salarial, o desemprego pulou de 3% para 9,6%.

Videoconferência

O vice-presidente do Senado afirmou, ao abrir a videoconferência com representantes

de trabalhadores e empresários sobre as reformas sindical e trabalhista, no Interlegis, que combater o desemprego é muito mais importante neste momento do que alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

– A questão do desemprego é o principal problema do país. Não creio que a reforma sindical e trabalhista seja tão urgente ou que possa socorrer a classe trabalhadora da emergência que a aflige hoje, que é o desemprego – salientou.

Paim advertiu para os problemas que podem surgir a partir de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho.

– A CLT é um patrimônio nacional; com ela, o Brasil já teve memoráveis períodos de desenvolvimento econômico, com grande oferta de emprego – assinalou o senador.

Situação financeira dos estados é insustentável, adverte Zambiasi

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) chamou a atenção para o alto comprometimento das finanças estaduais com o pagamento de dívidas junto à União. Para ele, o atual sistema apresenta uma contradição gritante: quanto mais os estados aumentam suas receitas, mais pagam a dívida e menos recursos têm para fazer investimentos em saúde, educação, segurança e infra-estrutura.

No ano passado, a dívida do Rio Grande do Sul consumiu

aproximadamente 17% da chamada receita líquida real do estado, o equivalente a R\$ 1,4 bilhão. De acordo com o parlamentar, esse percentual de comprometimento vem crescendo ano a ano, desde que a dívida foi renegociada, em 1997, sem novas rolagens ou novos financiamentos.

Zambiasi explicou que o estado não pode se beneficiar da melhoria do desempenho econômico. Em 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio

Grande do Sul cresceu 4,7%, contra a queda de 0,2% do país como um todo. Para 2004, as perspectivas são promissoras, com a previsão de investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões e a possibilidade de geração de 15 mil novos postos de trabalho.

Para o senador, há alternativas sendo analisadas para solucionar as finanças dos estados, como a exclusão dos repasses da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) da receita a ser



Célio Azevedo

CONTRADIÇÃO Quanto mais arrecada, mais o estado paga dívidas, explica Zambiasi

comprometida com o pagamento da dívida.

– Essa é uma alternativa, mas outras podem e devem ser apresentadas – disse Zambiasi.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Alberto Silva, Garibaldi Alves Filho, Efraim Morais e Mão Santa e pela senadora Lucia Vânia



Célio Azevedo

AÇÃO CRIMINOSA Principal objetivo é realizar saques em caixas eletrônicos

Tipificação do crime ainda divide juristas

Não há consenso entre os juristas brasileiros sobre a natureza do crime de seqüestro-relâmpago. Alguns consideram que se trata de mais uma modalidade de roubo, ou seja, "subtrair coisa alheia mediante grave ameaça ou violência à pessoa", como definido no artigo 157 do Código Penal.

Outros, no entanto, enquadram o crime no tipo de extorsão, segundo estabelece o artigo 158 do código: "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica". Nenhum dos dois tipos penais, porém, considera que, na prática, há privação de liberdade da vítima, que pode permanecer nas mãos dos criminosos por muitas horas.

Para tipificar o seqüestro-relâmpago, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto de lei (PLS 14/04) que acrescenta ao artigo 157 a descrição do crime "roubo mediante seqüestro". A pena prevista para esse tipo de delito seria de seis a 18 anos, mais rigorosa que a punição prevista para os casos de simples extorsão. A proposta foi encaminhada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Segurança aos clientes – Dentro da agência bancária, a responsabilidade pela segurança do cliente é da instituição que presta o serviço. Toda atividade comercial, mesmo bancária, está regulada pelo Código de Defesa do Consumidor. Além disso, as relações dos bancos com seus clientes também são regidas pelas normas do Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central. Em via pública, cabe ao Estado zelar pela segurança dos cidadãos.

Recentemente, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou a Lei 10.883/01, determinando a obrigatoriedade de instalação de itens de segurança em caixas eletrônicos, no estado, pelas instituições financeiras que exploram o serviço. Para o governador Geraldo Alckmin, a lei é inconstitucional porque cabe à União legislar sobre a matéria. O Supremo Tribunal Federal ainda não julgou a questão.

CIDADANIA ESPECIAL

Ano II – Nº 21 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 15 de março de 2004

Cuidados podem prevenir seqüestros-relâmpagos

O crime que mais cresce no país não faz parte das estatísticas oficiais, por não estar descrito adequadamente no Código Penal brasileiro. O aumento dessa prática criminosa pode ser constatado pela leitura das manchetes de jornais e por relatos de familiares, amigos e conhecidos que foram vítimas do chamado seqüestro-relâmpago. Os primeiros casos aconteceram na década de 90, mas nos últimos anos as ocorrências nos grandes centros passa-

ram a ser diárias, com desfecho cada vez mais violento.

A prática desse delito envolve, de modo geral, a participação de mais de um criminoso e o uso de arma de fogo. Sob ameaça, a vítima é obrigada a fornecer o seu cartão bancário magnético e respectiva senha, para que os seqüestradores possam realizar saques em caixa eletrônico. Além de perder o dinheiro e, quase sempre, o automóvel, telefone celular, jóias e talão de cheques, as vítimas muitas vezes sofrem vio-

lência física e acabam sendo assassinadas. Quem sobrevive, não escapa ao trauma.

Para especialistas em violência urbana, a proliferação dos casos de seqüestro-relâmpago no Brasil mostra que qualquer pessoa pode estar sujeita a essa ação criminosa. Eles recomendam que a população esteja sempre alerta e adote um comportamento preventivo. Por isso, este **Especial Cidadania** apresenta dicas sobre como evitar ser mais uma vítima desse tipo de violência.

O que a pessoa pode fazer

▶ Procure andar acompanhado e evite lugares ermos ou desertos.

▶ Dirija com os vidros fechados e as portas travadas. Não deixe objetos expostos dentro do carro para não chamar a atenção. Nunca permaneça dentro de um carro estacionado em via pública.

▶ Quando parar no semáforo, fique atento ao retrovisor; deixe a primeira marcha engatada; e mantenha distância suficiente do carro da frente para poder arrancar em caso de emergência. Não abra o vidro para vendedores ambulantes.

▶ Procure caixas eletrônicos em áreas de grande circulação, como *shopping centers* ou hipermercados que possuam estacionamento próximo.

▶ Antes de sacar dinheiro em um caixa eletrônico, esteja atento à presença de pessoas suspeitas ou curiosas no interior da cabine ou nas proximidades. Na dúvida, não faça a operação.

▶ Ao sacar dinheiro, execute a operação de forma rápida e discreta. Não ostente o valor sacado e só confira o dinheiro quando estiver num local seguro.

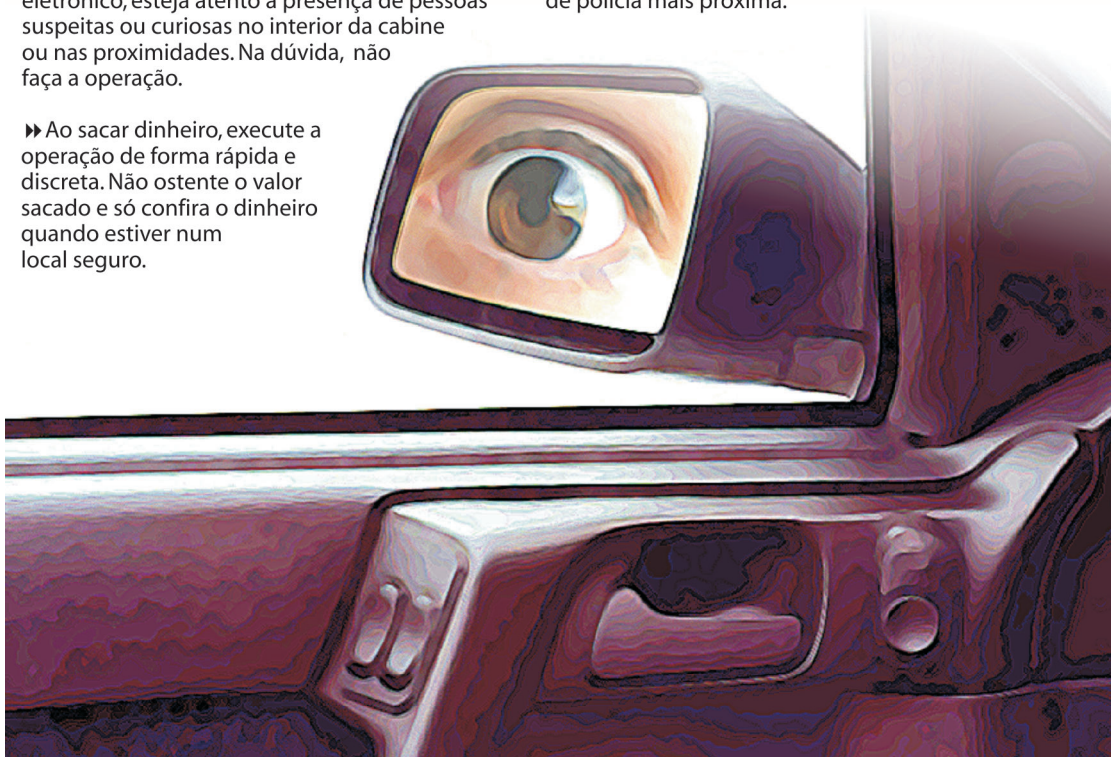
▶ Ao chegar em casa, observe se não está sendo seguido e se não há veículos estranhos parados na rua, com pessoas desconhecidas dentro. Repare se há ambulantes atípicos na região. Se alguma dessas situações acontecer, não entre em casa e procure o posto policial mais próximo.

▶ Se for abordado por assaltantes, evite reagir. Se a família estiver junto, mantenha a calma, não grite e tente tranquilizar os que estão mais nervosos.

▶ Não faça gestos ou movimentos bruscos que possam ser confundidos com uma reação de sua parte.

▶ Tente dialogar com os seqüestradores e obedeça às exigências deles.

▶ Procure guardar as características dos seqüestradores (roupa, cor do cabelo e pele, objetos utilizados etc.), mas sem os encarar. Registre a ocorrência na delegacia de polícia mais próxima.



Relato da vítima: "Fui colocada no porta-malas"

"Eu e minha mãe fomos vítimas de um seqüestro-relâmpago em julho de 2001. Eram 19h, nosso carro estava estacionado em uma rua movimentada de Porto Alegre, onde há uma grande concentração de bares e restaurantes. Enquanto minha mãe vasculhava a bolsa para achar uns trocados para dar a um dos flanelinhas, dois marginais, um deles armado, se aproximaram e nos renderam. Fui colocada no porta-malas, sob os olhares cúmplices dos que estavam por ali. Minha mãe foi na frente, ao lado do motorista. Enquanto um deles dirigia, o outro nos vigiava do banco de trás. Ficamos em poder deles por quase três horas. Visivelmente drogados, os dois falavam descontroladamente. Fomos ameaçadas de morte durante todo o tempo. Minha mãe conseguiu manter a calma e repetir insistentemente para que não nos matassem, que fariam o que eles pedissem. Pegaram nossas bolsas e tudo o que tínhamos de valor. Nos levaram a uma agência bancária e retiraram R\$ 1 mil. Os dois eram muito jovens e repetiam que não tinham nada a perder. Largaram-nos na rua e levaram o carro. Na delegacia, os policiais registraram como roubo de carro a mão armada. Fui à agência bancária e descobri que os ladrões usam o único caixa eletrônico que não filma os usuários. O banco disse que não era sua responsabilidade. Fiquei revoltada porque percebi que nada seria feito. No bairro também descobri que meu caso não era o único e que outras pessoas já tinham sido levadas ao mesmo lugar." **Relato da economista S.B.S., 31 anos, que preferiu não se identificar.**

Informações

Policia Militar – Tel.: 190

Ministério da Justiça

Tel.: (61) 429-3000

www.mj.gov.br

Guia Serasa de Orientação ao Cidadão

Cartilha – *Saiba como Reduzir o Risco de Ser Vítima*

Tel.: (11) 5591-0137

www.serasa.com.br

Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delinqüente – Ilanud

Tel.: (11) 3259-068

www.ilanud.org.br

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Tel.: (11) 3105-4607

www.ibccrim.org.br

Instituto Sou da Paz

Tel.: (11) 3812-1333

www.soudapaz.org